

STJ00114765

Alessandro Gonçalves Barreto

Karina Kufa

Marcelo Mesquita Silva

CIBERCRIMES

E SEUS REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO

3ª EDIÇÃO

Revista, ampliada
e atualizada

2022

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



1218534

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Colaboração: Karolinne Brasil Barreto

Revisão: Daniela Simonini Teixeira

Capa: Larissa Militão Rodrigues

B273c Barreto, Alesandro Gonçalves.
Cibercrimes e seus reflexos no direito brasileiro / Alesandro Gonçalves
Barreto, Karina Kufa e Marcelo Mesquita Silva – 3. ed. rev., atual. e ampl. –
São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.
304 p.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-3666-6.

1. Infrações. 2. Cibercrimes. I. Barreto, Alesandro Gonçalves. II. Kufa,
Karina. III. Silva, Marcelo Mesquita. IV. Título.

CDD 341.53

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Introdução	21
------------------	----

CAPÍTULO 1

A INTERNET E A GLOBALIZAÇÃO	25
--	-----------

1.1 Internet.....	25
-------------------	----

1.1.1 O tráfego de informações	30
--------------------------------------	----

1.1.2 O microprocessamento	34
----------------------------------	----

1.2 A globalização	36
--------------------------	----

1.2.1 A convergência digital.....	41
-----------------------------------	----

1.2.2 Reflexos da convergência digital na esfera do direito.....	44
---	----

CAPÍTULO 2

OS CIBERCRIMES	47
-----------------------------	-----------

2.1 Conceito e categorias dos cibercrimes.....	48
--	----

2.2 Características dos cibercrimes e o perfil do cibercriminoso.....	55
--	----

2.3 Evolução do cibercrime	57
----------------------------------	----

2.4 Dificuldades na repressão ao cibercrime	70
---	----

2.5	Criação de delegacias e setores especializados	73
2.6	Federalização na atribuição de autoria	77

CAPÍTULO 3

ASPECTOS BASILARES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	83	
3.1	Pilares da comunicação segura	84
3.2	Resumo de mensagem (número de <i>hash</i>)	89

CAPÍTULO 4

AÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AO CIBERCRIME	95	
4.1.	Medidas adotadas contra o cibercrime	95
4.2	A Convenção de Budapeste sobre o cibercrime	98
4.3	Cooperação jurídica internacional para o combate ao cibercrime.....	102
4.4.	Definição, classificação e natureza da cooperação jurídica internacional	107
4.5	A cooperação jurídica internacional e o Brasil	111
4.6	Dificuldades enfrentadas na cooperação jurídica internacional.....	117

CAPÍTULO 5

O CIBERCRIME NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	123	
5.1	Necessidade de harmonização da legislação nacional com as diretrizes da Convenção de Budapeste.....	125
5.2	Lei Carolina Dieckmann.....	128
5.3	<i>Cyberstalking</i>	138

CAPÍTULO 6

PRODUÇÃO DE PROVAS NO CIBERESPAÇO, UMA VISÃO PRÁTICA.....	141
6.1 Conceitos básicos.....	141
6.1.1 Administrador de Sistema Autônomo.....	142
6.1.2 Aplicação de internet	143
6.1.3 Registros de acesso à aplicação de internet	144
6.1.4 Protocolo de Internet - IP	144
6.1.5 Registros de Conexão.....	147
6.1.6 CGNAT.....	148
6.2 Levantamento de dados cadastrais	154
6.3 Preservação e busca da evidência cibernética	162
6.3.1 Ata Notarial – Art. 384 do CPC	164
6.3.2 Certidão do escrivão	166
6.3.3 <i>Printscreen</i>	167
6.3.4 Ofício Extrajudicial	170
6.3.5 Plataforma <i>Records</i>	171
6.3.6 <i>Blockchain</i>	173
6.4 Remoção de conteúdo.....	174
6.4.1 Cenário anterior ao Marco Civil da Internet	177
6.4.2 Marco Civil da Internet, <i>Free Speech</i> e Cláusula do Porto Seguro.....	179
6.4.3 Localização inequívoca do material infringente....	182
6.4.4 Sanções e descumprimento de determinação judicial	185
6.5 Remoção de conteúdo em <i>sites e blogs</i>	187
6.6 Congelamento de domínio	192
6.7 Encaminhamento de ordem judicial para os <i>backbones</i> ...	193
6.8 Redes sociais	197

6.9	Conteúdo viral no <i>WhatsApp</i>	201
6.10	<i>Telegram</i> e sua política de informação zero	206
6.11	Exclusão de aplicativos	210
6.12	Desindexação de conteúdo	212
6.13	Remoção de conteúdo sem ordem judicial	217
6.13.1	Exclusão de conteúdo íntimo	217
6.13.2	Abuso e exploração sexual infantojuvenil da internet	220
6.13.3	Direitos autorais	221
6.13.4	Violação aos termos de uso e cláusula do bom samaritano	222
6.14	Atribuição de autoria delitiva	226
6.15	Quebra de sigilo telemático	234
6.16	Da interceptação telemática	237

CAPÍTULO 7

FAKE NEWS E O PROCESSO ELEITORAL	241
7.1 <i>Typosquatting</i> e a disseminação de <i>fake news</i>	251
7.2 Cibercrimes e infrações eleitorais	254
7.3 Cibercrimes e desafios para as eleições 2022/2024	262

CAPÍTULO 8

ESTAMOS SEGUROS?	265
8.1 A verificação em duas etapas	266
8.2 Proteção da informação	274
Conclusão	279
Referências bibliográficas	283